

ENCONTRO SOBRE A IGREJA QUE NASCE DO POVO

“Se soubermos reavivar em nós mesmos e acender nos Fiéis, com profunda e acertada pedagogia, esse **sentido** revigorante de Igreja, sucedera que muitas antinomias — que afligem o pensamento dos estudiosos da eclesiologia — serão praticamente vencidas e resolvidas na experiência da realidade viva da Igreja, inspirada na sua doutrina”.

Paulo VI — Ecclesiam Suam

Representantes de várias dioceses brasileiras estiveram reunidos em Vitória nos dias 6, 7 e 8 de janeiro deste ano para um debate sobre a situação atual e as perspectivas do processo de renovação da Igreja no Brasil.

Compareceram o arcebispo D. João Batista da Motta Albuquerque e D. Luís Fernandes, que acolheram os 70 participantes; D. Aldo Gerna, bispo de São Mateus; D. José Maria Pires, bispo de João Pessoa; D. Valdir Calheiros, bispo de Volta Redonda; D. Tomás Balduino, bispo de Goiás e D. Moacir Grecchi, bispo de Rio Branco. Atuaram como peritos Frei Leonardo Boff, Mons. Gerard Cambron, Frei Carlos Mesters, Mon.s. Mar-

celo Carvalheira e Padre Eduardo Hoor-naert. Estiveram presentes ainda muitos padres, religiosos e religiosas e alguns leigos representando as seguintes dioceses: Caxias do Sul, Jales, Olinda e Recife, Volta Redonda, João Pessoa, São Luís do Maranhão, Goiás, Rio Branco, São Mateus, Crateus e Campina Grande. O sociólogo canadense Thomas Bruneau, autor do livro “Catolicismo Brasileiro em Época de Transição” (Edições Loyola, 1974) participou como convidado especial.

O objetivo do encontro foi delinear o perfil e descobrir as características futuras da Igreja nova que nasce no meio do povo, principalmente através das co-

munidades eclesiais de base. Relatórios previamente elaborados, descrevendo as experiências de base, foram enviados aos peritos. Continham informações sobre as seguintes comunidades eclesiais: São Domingos e Novo Brasil (ES); Itarana (ES); Linhares (ES); São Mateus (ES); Alto do Pascoal (Recife, PE); Goiás (GO); Tauá (Cratêus, CE); Bairro do Rangel (João Pessoa, PA); comunidades do meio rural (MA); comunidade de Ressurreição (Vitória, ES).

ANÁLISE DA REALIDADE ECLESIAL

Com base nos relatórios enviados aos peritos, 3 textos de análises foram elaborados: "O Futuro do Nosso Passado", por Carlos Mesters; "Comunidades Eclesiais de Base", por Leonardo Boff; e "C. E. B.", por Gerard Cambon. Acompanhados de um resumo do primeiro, apresentado em 50 laudas, os dois últimos serão publicados na íntegra, bem como os relatórios dos trabalhos na revista SEDOC editada pelas Vozes.

Na manhã do primeiro dia Carlos Mesters apresentou aos participantes um resumo de sua análise das novas vivências eclesiais que surgem no meio do povo. Os grupos de trabalho procuraram levantar quais são as coordenadas já adquiridas por este novo modelo de Igreja que surge "na margem" e quais são os problemas a enfrentar no encaminhamento do processo de renovação. Constatou-se que o povo entende a comunidade de base como verdadeira Igreja, onde a comunhão é vivida na fé, e rejeita qualquer massificação. Na comunidade de base a Palavra de Deus deixa de ser monopólio do clero para tornar-se propriedade coletiva. Nasce maior espírito crítico e descobre-se a dimensão política da opção cristã. Quanto aos pro-

blemas, viu-se que as comunidades de base estão mais situadas em áreas marginais, sem conseguir penetrar no meio urbano. Surge um forte questionamento dos ministérios, tradicionalmente ligados à figura do padre. O povo quer ele próprio assumir os seus serviços na comunidade. É preciso encontrar uma pedagogia de ação que evite por parte dos agentes clericalizados qualquer atitude que não signifique um respeito à cultura popular.

A fim de fazer emergir da consciência dos participantes a visão eclesiológica escondida atrás de seus conceitos e opiniões, na parte da tarde foram sugeridas à assembléia 8 perguntas, sobre as quais todos trabalharam: 1) É possível uma Igreja clerical criar uma Igreja popular? 2) A crítica da realidade (teoria) deve levar a comunidade a que tipo de praxis? 3) Qual o papel do padre numa comunidade em que o leigo pode fazer tudo o que ele faz? 4) Unir fé e vida. O povo tem a vida e a fé. Qual o nosso papel de agentes pastorais diante do povo? 5) A Igreja que nasce do povo tem poder sobre a Igreja tradicional? 6) A religiosidade popular é um fator de alienação ou um fator de libertação? 7) Como formar comunidade cristã numa sociedade dividida em classes sociais? 8) O que surge na margem converge para o centro ou o centro faz ficar sempre na margem? Qual a relação margem-centro?

PROBLEMAS E PERSPECTIVAS DAS COMUNIDADES ECLESIAIS

Os participantes procuraram, em base aos dados levantados no dia anterior, afunilar suas preocupações, reduzindo-as a pontos básicos, ou seja: 1) Dimensão política da comunidade eclesial; 2) Renovação dos ministérios; 3) Religiosidade

e cultura popular; 4) Pedagogia da ação renovadora. 18 participantes que trabalham diretamente ligados ao povo foram entrevistados pela assembléia, apontando sobretudo a posição de suas comunidades de base diante das injustiças sociais e dos direitos do homem.

Para o debate sobre "Renovação dos ministérios" 3 dos presentes foram escolhidos para coordenar o painel, bem como para o debate sobre "Religiosidade e Cultura Popular".

Na tarde do segundo dia Frei Leonardo Boff fez uma exposição sobre os **modelos de Igreja** subjacentes ao processo de renovação (vide SEDOC: "Comunidades Eclesiais de Base").

CONCLUSÕES DO ENCONTRO

Representantes e membros das Igrejas de Rio Branco (Acre), Lábrea, Manaus (AM), São Luiz, Pinheiros (MA), Crateus (CE), João Pessoa, Campina Grande (PA), Recife (PE), São Mateus, Vitória (ES), Volta Redonda, Rio de Janeiro, Petrópolis (RJ), Belo Horizonte, Itabira (MG), Jales, Lins (SP), Caxias, Vacaria, Porto Alegre (RS), Goiás Velho (GO), bispos, (7), padres, religiosos, religiosas e leigos, reunidos em Vitória, nos dias 6, 7 e 8 de janeiro de 1975, ao longo de três dias de troca de experiências, reflexões e oração, puseram-se de acordo a respeito dos seguintes pontos:

I. Em obediência ao evangelho e aos apelos da realidade vivida pelo povo, optar por uma evangelização libertadora, o que implica numa clara opção pelos oprimidos.

II. Em vista disto, fazem as seguintes propostas:

1. Na linha da realidade Povo de Deus:

1.1. Que esse Povo de Deus se organize em comunidades de fé e vida, comunidades autônomas em sua criatividade; mas que elas, de acordo com as necessidades concretas e as exigências do evangelho, vivam em comunhão com as outras comunidades e com o próprio bispo, centro de unidade.

1.2. Que se valorize o sacerdócio comum dos fiéis, de tal modo que possam celebrar, não só os acontecimentos do cotidiano, como sinais da presença de Deus, mas também as expressões sacramentais da fé.

1.3. Que se insista na presença da Igreja no mundo, a bem da comunidade humana maior: abertura da comunidade eclesial para a colaboração com outros homens e grupos, por meio de serviços para a construção de um mundo mais fraterno e justo. Respeitar e incentivar os diferentes ministérios que forem surgindo na vida das comunidades.

2. Na linha política:

2.1. Que a Igreja participe da luta de libertação do povo, colaborando para que ele mesmo descubra as causas da opressão em que vive, denunciando toda forma de injustiça, (tanto ao nível do indivíduo quanto do sistema) propondo uma sociedade sem barreiras, em que se eliminem os privilégios e o monopólio dos meios de produção e dos serviços e equipamentos coletivos concentrados nas mãos de uma minoria. Que ela participe também da denúncia e da luta contra a dominação externa que impede a fraternidade e a comunhão entre os povos.

2.2. Que o processo de libertação se inicie no interior da própria organização eclesial. Só assim a palavra libertadora será autêntica. Para ser real o serviço de libertação do povo, é necessário que entremos nós mesmos num processo de conversão e de mudança de classe.

3. Na linha da cultura

3.1. Que a religiosidade popular seja respeitada e assumida, na valorização de seus gestos e sinais. Descobrir a cultura popular, como realidade capaz de ser assumida num processo de libertação.

3.2. Que a Igreja supere tanto a atitude de exploração da religiosidade popular quanto a atitude indiferente ou até destruidora que se praticou frequentemente no passado. A tradicional cultura eclesiástica como a religiosidade popular submetam-se a uma revisão crítica à luz do evangelho.

3.3. Que se descubram os valores de protesto e de denúncia contidos na cultura popular.

3.4. Não seja tolhido o povo na busca de novos conteúdos e novas formas de expressão, dentro da vida eclesial.

4. Na linha da metodologia

4.1. Quanto a método para uma ação eficaz na base:

4.1.1. Partir sempre de uma análise da realidade: necessidades e valores mais sentidos e vividos pelo povo.

4.1.2. Adotar uma atitude crítica perante toda estrutura que impeça a valorização das expressões autênticas do povo.

4.1.3. Desenvolver instrumental de observação e de análise, de tal modo que o próprio povo seja capaz de identificar as verdadeiras causas das injustiças e as possíveis saídas desta situação.

4.1.4. Respeitar as etapas do crescimento do povo.

4.1.5. Realidade e Evangelho: as duas vertentes da ação e da reflexão pastoral.

4.2. Quanto à formação dos agentes de pastoral:

4.2.1. Que se desenvolva, o quanto possível, dentro da própria comunidade.

4.2.2. Fundamente-se num processo contínuo de reflexão, revisão, interpretação e planeamento da ação.

4.2.3. Haja oportunidade para que os agentes pastorais possam confrontar e rever suas experiências e a de suas comunidades, tentando uma caminhada em comum, buscando manter uma visão mais global e integrada da ação.

5. Decisões finais:

5.1. Continuar esse tipo de encontros, com representação das bases, acrescentando aos peritos em teologia, bíblia e pastoral uma assessoria em economia e ciências políticas.

5.2. Dar publicidade ao conteúdo e conclusões deste Encontro.

5.3. A Igreja de Vitória ficou responsabilizada pela realização do próximo encontro.